

Ecodesenvolvimento e o Mito do Progresso

Luiz Renato Vallejo*

As primeiras manifestações favoráveis ao meio ambiente se caracterizavam por um conteúdo eminentemente técnico ou por discursos contrários a qualquer forma de evolução tecnológica. Entretanto, alternativas de solução para os problemas não eram apresentadas, enquanto os argumentos dos defensores dos modelos de desenvolvimento vigentes refutavam os ideais dos movimentos ecológicos. Quando a discussão ambientalista passou a ser aprofundada dentro de uma abordagem sócio-econômica, envolvendo os custos sociais da degradação do meio e as contradições do progresso, ficou mais claro o entendimento dos problemas e a tentativa de busca de soluções. As soluções estariam, por exemplo, no esforço de harmonização entre o homem e o meio ambiente através de um desenvolvimento apropriado e não imitativo de formas predatórias.

No texto são discutidas algumas dificuldades para implantação de projetos alternativos, especialmente as barreiras político-ideológicas. Por exemplo, a insistente expectativa de um progresso espelhado no que vem de fora e não nas potencialidades endógenas.

Biólogo, Mestre em Geografia, Professor Adjunto do Depto de Geografia da UFF, Rio de Janeiro.

Agradeço a todos os colegas, professores e alunos, que através de suas participações nos debates ajudaram na clarificação das idéias e estímulo à produção deste texto. Em especial, aos colegas professores, Márcio de Oliveira, Ruy Moreira e Rogério Haesbaert pelas valiosas sugestões e revisões críticas.

As idéias centrais contidas neste trabalho foram desenvolvidas a partir do "Fórum de Debates em Geografia" organizado por docentes e discentes do Depto. de Geografia da Universidade Federal Fluminense e coordenado pelo autor.

Expansão da consciência ambientalista

Mesmo não sendo um problema recente, foi no começo dos anos 70 que se observou o crescimento das preocupações com o meio ambiente em todo o mundo. Desmatamentos, degradação dos mananciais, desertificação, excesso de poluentes industriais, etc, despertavam o homem para a necessidade de conter o avanço da poluição e adotar métodos racionais de ação sobre o ambiente. Até então, apenas alguns países portadores de maiores recursos econômicos e tecnológicos desenvolviam pesquisas e atuavam em favor da proteção da natureza. Entretanto, resultados satisfatórios só ocorreriam na medida em que fossem definidas diretrizes gerais indicando à humanidade caminhos a seguir. Era necessária a internacionalização das preocupações com o ambiente, considerando que os processos naturais não obedecem aos rígidos limites políticos estabelecidos pelo homem. Acidentes recentes como o de Chernobyl e o do Rio Sena ilustram bem o fato, na medida em que as repercussões ambientais avançaram para além dos espaços nacionais. Em síntese, era preciso difundir a consciência de que existe uma biosfera onde todos os ecossistemas estão integrados de forma direta ou indireta.

Durante a Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU em 1972, foi formalizado um documento sob a denominação de "Declaração sobre o Ambiente Humano", composto por 23 itens que representam as orientações a serem seguidas por todas as nações do mundo. Destacamos aquela que fala da necessidade de planificação do desenvolvimento econômico em sintonia com a valorização dos recursos da natureza¹. Sobre o tema um economista chamado Ignacy Sachs, diretor do CIRED (*Centre International de Recherches sur L'Environnement et le Developpement*) tem tido destaque por suas reflexões e proposições. Numa de suas entrevistas, Sachs declara: "...todos os problemas ambientais se situam na interface, na articulação entre os processos naturais e os processos culturais"². Significa que qualquer discussão que gire em torno de meio ambiente (preservação, poluição, manejo, etc.) não pode se restringir à uma abordagem estritamente técnica. Existem questões de

¹ Conforme o documento de Estocolmo, o item nº 4 diz o seguinte: "O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e fauna silvestres bem assim o seu "habitat", que se encontra atualmente em grave perigo, por uma combinação de fatores adversos. Em consequência, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve ser atribuída importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres". Extraído do folheto do Ministério do Interior, Secretaria Especial do Meio Ambiente, Brasília, 1982, p. 5.

caráter ideológico e, conseqüentemente, político que precisam ser considerados numa análise pormenorizada. A erosão dos solos, como exemplo, antes de ser um problema técnico, está ligado à forma de uso da terra tendo, portanto, relações profundas com a cultura humana. É fácil observar que os padrões de cultivo regularmente utilizados no Brasil, expõem excessivamente o solo aos raios solares e às chuvas, face ao emprego de técnicas que são mais adequadas às nações de clima temperado e relevo pouco acidentado.

Quanto à poluição, até que ponto podemos entendê-la e controlá-la segundo parâmetros exclusivamente técnicos? De acordo com Sachs (1986), a visão tradicional da economia do desenvolvimento não considera a dimensão ambiental dentro das inter-relações entre a aplicação da tecnologia, exploração dos recursos e produção de bens de consumo¹. Logo, os danos à natureza tornam-se ideologicamente irrelevantes.

Ideais antagônicos

Segundo Sachs, em relação ao ambiente nos defrontamos com duas linhas controvertidas de pensamento. A visão excessivamente preservacionista que fala na inviolabilidade dos sistemas naturais e a visão "economicista", que vislumbra benefícios a curto prazo apoiando-se numa proposta de produzir-poluir-despoluir⁴.

A visão preservacionista da natureza envolveria, entre outros aspectos, a redução e até a paralisação do ritmo de crescimento econômico, o que por si só não garante o isolamento dos recursos. Para os que defendem esta postura, a qualidade de vida está nas limitações materiais e energéticas e os ecossistemas são enquadrados como "santuários" da vida selvagem. Pressupõe a inexistência de interações com a sociedade e assume uma dimensão própria e independente. No nosso entender, a preservação não pode ser um fim em si mesmo, mas deve estar inserida em objetivos de integração e bem estar social. E uma proposta suicida e altamente utópica dentro da realidade contemporânea.

No "economicismo", a exploração dos recursos naturais em larga escala é a base de sustentação do crescimento econômico, independentemente dos danos causados ao meio. A natureza é dimensionada, não como santuário, mas como uma espécie de "reserva de valor" que dependendo das necessidades e viabilidades econômicas será explorada.

Sobre a questão consultar cap. 6 - População, tecnologia, recursos naturais e meio ambiente - do livro de Ignacy Sachs, *Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir*. Ed. Vértice. São Paulo. p. 90 - 108 (1986).

⁴ Idem, Nota nº 2.

Quaisquer prejuízos colaterais são encarados como inevitáveis perante os benefícios do "progresso". A ideologia do "progresso a qualquer custo" aparece em colocação como esta, publicada no jornal *Le Monde* de Paris no início da década de 70, pelo regime militar brasileiro: "Indústrias venham poluir em nosso país, pois ainda é autorizado"⁵. Ou em declarações como a do Porta-Voz brasileiro na ONU em Estocolmo, 1972: "Um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para proteção do meio ambiente".⁶

Segundo esta linha ideológica, indicadores como PIB, exportações, crescimento industrial, etc., representam a imagem do desenvolvimento. É importante ressaltar as contradições entre a imagem de um país que se quer vender no exterior e a essência do modelo de desenvolvimento econômico em vigor. A essência de tal desenvolvimento normalmente se caracteriza por profundas desigualdades sociais freqüentemente integradas à degradação ambiental. Algumas situações poderiam ser descritas para melhor ilustrar a questão. O uso de desfolhantes em Tucuruí para abertura de uma trilha de 200 km visando à passagem de uma rede de transmissão de energia, poupou tempo e dinheiro, mesmo matando pessoas, animais, a flora e contaminando o solo e lençóis subterrâneos. O uso indiscriminado de defensivos agrícolas no Brasil faz parte de uma estratégia comercial entre bancos multinacionais, a despeito dos problemas ambientais e da saúde da população⁷. Durante muito tempo a poluição de Cubatão foi dissimulada pelo discurso sobre a importância da produção industrial para o crescimento do país, menosprezando-se o custo social. Isto é, trabalhadores, comunidade em geral capitalizam inúmeros problemas de saúde, crianças nascem deformadas e a vegetação da Serra do Mar torna-se cada vez mais escassa com riscos de desmoronamentos⁸.

A atividade de despoluição, ao contrário do que muitos pensam, nem sempre garante soluções confiáveis. Vem surgindo progressivamente uma "indústria da despoluição" que se beneficia economicamente, ao mesmo tempo que demanda maiores encargos sócias através do aumento do custo de certo produtos e serviços. Portanto, o meio ambiente passa a ser um

Citação extraída do livro de Carlos Walter Porto Gonçalves, *Paixão da Terra - Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro, p. 40 (1984).

⁵ Idem, p. 40.

⁷ Idem, p.21.

Um importante trabalho de reportagem sobre os problemas ambientais de Cubatão é encontrado na Revista *Ciência Hoje*, n° 1.p.10 - 24 (julho -agosto/1982).

mercado e sua proteção, uma mercadoria⁹. Certas técnicas de controle aliam mais eficientemente sobre a chamada "poluição visível", que nem sempre é a mais perigosa, enquanto os poluentes invisíveis continuam presentes. É uma linha de conduta que se assemelha muito ao processo de comercialização de dentifrícios para fumantes.

Cabe então, questionar se os modelos de desenvolvimento alicerçados em objetivos exclusivamente capitalistas não estariam mais próximos do que Celso Furtado chamou de "modernização", ou seja, um crescimento por desigualdades onde há destaque à produção de bens e serviços de luxo consumidos por uma minoria, em detrimento de necessidades fundamentais da grande maioria da população¹⁰.

Uma alternativa de desenvolvimento

O ecodesenvolvimento surge como uma proposta alternativa em relação às duas posições anteriores. Envolve a melhoria das condições econômicas e de vida das populações, sem uma agressão ambiental pronunciada. Sua aspiração é definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do 3º Mundo, o que não significa não poder estendê-lo às cidades¹¹. Baseia-se num método de planejamento localizado onde cada "eco-região" merece um esforço de valorização de seus recursos específicos voltados para o atendimento das necessidades de habitação, alimentação, saúde e educação. Entende-se como eco-região uma divisão baseada nas características do espaço natural e cultural. Valoriza o homem, considera que a gestão dos recursos deve ser solidária com as gerações futuras, tem uma política de aproveitamento de subprodutos, explora fontes locais de energias disponíveis, desenvolve técnicas apropriadas ou ecotécnicas, depende de um processo educacional preparatório e respeita diferenças culturais. Renega qualquer forma de

Citação tirada, com algumas modificações, do livro de Pierre George, *o Meio Ambiente*. Coleção Saber Atual, Difusão Européia do Livro. São Paulo, p.9 (1973).

" Celso Furtado é citado por Ignacy Sachs (op. cit., p.83), reservando o termo "modernização" para o crescimento perverso com desigualdades. De uma forma mais ampla a idéia de modernização envolve transformações sem alterar as desigualdades, mantendo-se a essência das relações de poder, econômicas, culturais, etc. O antigo secretário de desenvolvimento de São Paulo, Jorge Wilhelm, fez a seguinte declaração durante o Simpósio de Ecodesenvolvimento realizado em Minas Gerais (1978): "...As pessoas que têm dinheiro em São Paulo vivem como se estivessem em Nova York e gozam de todos os confortos da vida moderna. Mas a cidade tem favelas, um índice de migração muito grande, enfim é uma cidade moderna, mas não é desenvolvida". Boletim da FEEMA, Rio de Janeiro 4(3), p. 22 (outubro/1978).

Para melhor entendimento consultar o cap. 1 - Ambiente e estilos de desenvolvimento — do livro de Ignacy Sachs, (op. cit., p. 9 — 27).

imitação de modelos externos não adequados. Os projetos podem ser aplicados em diferentes escalas (distritos, municípios, estados e regiões) esperando-se sempre que as dificuldades político-operacionais cresçam proporcionalmente. Apesar de interpretações em contrário, não é uma estratégia de retrocesso e sim uma forma de encontrar soluções setoriais e autônomas visando o aproveitamento imaginativo e duradouro dos bens naturais e humanos.

Tecnologias apropriadas assumem um papel importante para o ecodesenvolvimento. Biodigestores, uso de energias não convencionais (eólica, solar, etc), reciclagem de refugos, manejo de plantas aquáticas para o tratamento de efluentes e/ou produção de biomassa, são alguns exemplos.

Ao observarmos o fato de que apenas 5% das áreas rurais brasileiras são eletrificadas, a biodigestão dos refugos agrícolas poderia contribuir substancialmente para amenizar o problema de dependência energética¹². Pesquisas realizadas por cientistas do INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia) abordam o aproveitamento energético das correntes fluviais.

O sistema, denominado de "cata-água"¹³, fica ancorado no leito fluvial aproveitando o fluxo, transformando-o em energia elétrica. Para cada corrente aquática o aproveitamento energético é 10 vezes superior ao do vento na mesma velocidade, ou seja, uma corrente de água de 2 Km/h equivale a 20 Km/h no ar. Pequenas e médias cidades poderiam ser beneficiadas por uma tecnologia perfeitamente apropriadas às potencialidades regionais, além de ser inócua ao ambiente.

No Brasil, uma experiência concreta de ecodesenvolvimento teve início nos anos 70 num pequeno lugarejo do interior de Minas Gerais, chamado Juramento. As potencialidades agropecuárias foram consideradas e todas as ações basearam-se no cooperativismo e criação de mutirões para execução de obras prioritárias, não se aceitando indústrias atípicas à produção local. Os técnicos, com respaldo político da prefeitura e de parcela da comunidade, além de linhas de financiamento da FINEP, BNDE e PNUMA (ONU) elaboraram uma série de projetos como uma granja ecológica com aproveitamento de resíduos para uso próprio, hortas e pomares comunitários, desenvolvimento de técnicas regionais de construção civil, criação de bosques comunitários para produção e

12

Maiores esclarecimentos técnicos podem ser obtidos no livro de Luiz Augusto Costa Nogueira - Biodigestão, A Alternativa Energética. Ed. Nobel. São Paulo. (1986).

13

Harwood, J. H. - O cata-água, Energia para comunidades pequenas. Revista Ciência Hoje, Vol. 2(10): 23-25.(1984).

consumo de lenha no próprio município, uma lagoa de estabilização para tratamento de esgotos, etc.¹⁴

Um outro exemplo foi a proposta de ecodesenvolvimento para a Amazônia Peruana em 1972. Tentando evitar profundas alterações ambientais decorrentes da monoprodução de petróleo, grande riqueza da área, foi proposto que com as rendas da exploração se investisse numa economia regional florescente, duradoura e sustentável, fundamentada na produção de biomassa. A produção de alimentos tentar-se-ia viabilizar por alternativas não ortodoxas após um levantamento local de espécies animais e vegetais. Manejo e criação da fauna silvestre, silvicultura tridimensional, agricultura em níveis múltiplos sob a cobertura das árvores, aquacultura, indústrias químicas alicerçadas na biomassa e produtos naturais, incluíram-se entre as propostas. Foi mencionado ainda a construção de módulos urbanos adaptados ao sistema amazônico, com materiais e tecnologias "suaves". O sistema de transporte aproveitaria as potencialidades fluviais¹⁵.

Portanto, a definição de ecodesenvolvimento seria: "Uma alternativa de desenvolvimento que considera o crescimento econômico, a equidade social e a qualidade de vida, o que significa dirigir este desenvolvimento para o atendimento das necessidades da população e não das solicitações do mercado", conforme o relatório do Simpósio Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada, realizado em 1978, Minas Gerais¹⁶.

O mito do progresso, algumas razões e críticas

Uma proposta ecodesenvolvimentista requer uma integração entre o Estado e a sociedade diferente dos modelos a que estamos acostumados, a ver Técnicos e comunidade precisariam conviver durante algum tempo antes da elaboração de um plano que apresentasse opções racionais de gestão do espaço. Em geral, as formas de organização da vida econômica ocorrem com a participação do Estado e do mercado, enquanto a sociedade civil permanece fora como se o problema não fosse seu. O "desenvolvimento" é imposto com a difusão de padrões de consumo, relações de produção, tecnologias e se caracteriza também por ser culturalmente e

¹⁴ Reportagem da Revista Veja, p. 50 - 52(2 de agosto de 1978).

¹⁵ O projeto não chegou a ser implementado, apesar de ter sido bem recebido pelo governo peruano. Vale como exemplo de proposta. Do livro de Ignacy Sachs (op. cit. , p.65 - 67).

¹⁶ Seminário Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada (Sinta'78).Boletim da FEEMA, Rio de Janeiro, 4(3): 21 -23 (outubro/1978).

ambientalmente agressivo. Assim, o Estado, paternalista e autoritário, e a população, por vezes desinformada e submissa, precisam ser analisados.

O paternalismo autoritário tem suas raízes históricas e contextuais, estando geralmente inserido nos grandes interesses do imperialismo internacional. As agressões destes atos aparecem de uma forma mais direta com a intervenção dos órgãos de planejamento ou mesmo patrocinando a ação de grandes grupos econômicos, e de uma maneira mais sutil pela influência ideológica. Por exemplo, a exportação da cultura européia para a África e América se apresenta subvalorizando costumes e métodos tradicionais, sendo portadora de parâmetros que irão nortear o "progresso" das nações colonizadas. Tem início e vai perpetuando-se ao longo das gerações, um processo de inferiorização cultural perante aqueles que vieram de fora. Taticamente, transforma-se as colônias em grandes celeiros de produção e riquezas e que sustentam a estrutura das sociedades hegemônicas (ou imperialistas). Por exemplo, na agricultura, os produtos e a produção são destinados ao atendimento das exportações. O surto da borracha, em nome do desenvolvimento da Amazônia brasileira, enriqueceu extraordinariamente as fábricas de pneumáticos, de automóveis e artefatos de borracha nos Estados Unidos e na Europa. Ao conseguirem matéria-prima mais barata, houve um completo abandono das áreas brasileiras inicialmente exploradas¹⁷. Deste modo, conceitos como desenvolvimento e progresso surgem muito mais como resultado da imposição de referenciais exógenos e não de um quadro contextual da sociedade.

Esta análise crítica pode ser perfeitamente aplicada a diversas escalas de estudo, ou seja, países, regiões ou pequenas localidades. No território brasileiro é fácil constatar que nas expectativas de desenvolvimento regional ou local, se reproduzem sempre os mesmos referenciais sócio-espaciais como indústrias, supermercados, *shopping centers*, espaços para automóveis, etc, representantes de um ideal de melhoria de vida. Por exemplo, o que se espera do progresso para as regiões Norte e Nordeste é uma aproximação do "status" atingido pela elite do Centro-Sul, apesar das diferenças marcantes. Ao analisar-se a expansão dos bolsões de pobreza em torno das áreas urbanas podemos ironicamente dizer que algum "sucesso" tem sido alcançado. Durante uma viagem à Amazônia no ano de 1979 pelo Projeto Rondon, pude observar em diversos povoados ao longo do rio Madeira a grande expectativa, especialmente nas pessoas mais jovens, em conhecer as "maravilhas da vida" do Rio de Janeiro e

Citação de Orlando Valverde no artigo-A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Revista Terra Livre da AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros), nº 01: 39 - 42 (1986).

São Paulo. Apesar dos inúmeros problemas de infraestrutura, principalmente no setor de saúde, não faltavam certos produtos como Coca-Cola, cigarros Hollywood, etc, e o mais interessante é que em quase todos os lugares visitados havia uma discoteca com luzes coloridas e estroboscópicas. Nossa chegada era sempre festejada com a abertura destes ambientes de diversão, dando sempre a impressão que queriam nos dizer: "- Olha, nós não somos tão atrasados!".

A televisão como veículo de comunicação de amplo alcance geográfico nos dias atuais, vem tendo um papel decisivo na difusão de padrões de consumo, infiltrando valores e, ao mesmo tempo, subvalorizando culturas.

Infelizmente, este veículo tem servido muito mais aos interesses do Estado autoritário (geralmente confundindo-se com o próprio) e do capital estrangeiro, ao invés de prestar serviços voltados para as realidades regionais e locais. Citando um trecho do discurso do deputado federal João Calmon, diretor dos Diários Associados, em 13/04/1966, ao depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito: "...E muito mais fácil, muito mais cômodo e muito mais barato, não exige derramamento de sangue, controlar a opinião pública através dos seus meios de divulgação, do que construir bases militares ou financiar tropas de ocupação"¹⁸. O referido inquérito apurava as ligações entre o sistema Globo e o grupo Time-Life, que é conhecido pelas suas afinidades com o Partido Republicano americano, ideologicamente qualificado como de posições bastante conservadoras¹⁹. Segundo as interpretações de Daniel Herz (1987), a Globo atua como "testa-de-ferro" de uma grande organização internacional que, inclusive, participa de seus lucros.

Portanto, o ecodesenvolvimento pode esbarrar em grandes barreiras de cunho ideológico que dificultam a implantação de projetos setoriais. A população, especialmente nos países do 3º Mundo, é dependente do paternalismo estatal e historicamente vive aguardando que as soluções venham de cima e/ou de fora. A receptividade popular pode ser maior para um projeto imitativo patrocinado pelo Estado, do que para um plano específico de valorização dos próprios bens humanos e naturais.

No caso das áreas urbanas, é de se esperar que os complicadores sejam maiores, principalmente perante o conservadorismo das "expectativas do progresso". Em muitos casos, é dali que são emitidos os "padrões" para o resto do país. Entretanto, face aos problemas gerados

¹⁸ Citação contida no livro de Daniel Herz -A história secreta da Rede Globo. Ed. Tchê. Rio Grande do Sul. p. 9 (1987).

¹⁹ Idem.

pelo crescimento urbano, alternativas não convencionais tornam-se cada vez mais necessárias. Nos países do 3º Mundo o aumento da população urbana será de 16 vezes até o ano 2025 em comparação ao ano de 1959. Enquanto isto, nos países industrializados o aumento terá sido de 5 vezes²⁰. Grande parte desta população se encontra ou estará vivendo abaixo da linha de pobreza estabelecida pela ONU. Diante de um quadro caracterizado por vários problemas de meio ambiente, saúde, habitação, etc. é urgente a busca de medidas apropriadas, paralelamente ao crescimento da insatisfação social. Favelas e outras áreas carentes se constituem em universos para uma ação específica através de planos como os que envolvem aproveitamento do lixo e do esgoto (biodigestão), agricultura em pequena escala, criação de animais, etc. O caos do transporte urbano e a poluição justificam a substituição de combustíveis convencionais por energias "limpas" (eletricidade, gás natural) e o investimento em sistemas que privilegiem o coletivo e desestimulem o deslocamento de automóveis de passeio. As formas rotineiras de destinação do lixo urbano (lixões e aterros sanitários), além de representarem focos de problemas ambientais, mostram-se limitadas pela falta de espaço e tempo de uso restrito. O reaproveitamento de refugos em usinas apropriadas e a compostagem (produção de adubo orgânico) aparecem como alternativas economicamente interessantes e ambientalmente adequadas.

Fora as questões mais técnicas, é fundamental a crescente preocupação popular que pode influir numa organização política preponderante em qualquer reforma. Hoje, em muitos países industrializados esta organização tem peso nas decisões do Estado. É certo também, que os grandes problemas de poluição e degradação ambiental vividos por eles têm sido importantes.

Obviamente, mesmo com a adoção de medidas técnicas como as que foram exemplificadas ou de determinadas mudanças de postura social, não se caracteriza o dimensionamento amplo do ecodesenvolvimento. A sustentação dos sistemas urbanos, por exemplo, depende muito das formas de apropriação e exploração de áreas distantes e isto também se constitui em tema de discussão.

Uma síntese para reflexão

Em resumo, a essência de toda problemática não está na desistência do crescimento mas na discussão das formas e usos do crescimento. Na

Dados de Bairoch (1983) utilizados por Ignacy Sachs no livro-Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. Capítulo 11 - Trabalho, alimentação e energia no ecodesenvolvimento urbano. Ed. Vértice. São Paulo. p. 142 (1986).

postura denominada economicista, parte-se do princípio de que existe um pacote de soluções para ser aplicado de forma mais global. O espaço geográfico (natural e cultural) deve ser modificado à revelia de suas particularidades, visando atender interesses externos. Esforça-se por exercer influências sobre os indivíduos como o estímulo à competitividade e ao individualismo, o que não deixa de estar inserido no contexto da economia da sociedade de mercado. Sustenta-se na manutenção e ampliação de atividades hierarquicamente articuladas à nível internacional, nacional, regional e local. A amplitude geográfica é grande, apesar de um envolvimento historicamente restrito, pois as ações são imediatistas. Quanto ao futuro das gerações, cabe a elas resolver. O Estado usa seus mecanismos de planejamento e comunicação para atingir os objetivos impostos pelo mercado.

O crescimento harmônico, por sua vez, implica numa tentativa de conciliação entre o social, o econômico e o ambiental, não como forças isoladas, mas como elementos interativos preponderantes na garantia da melhoria das condições gerais de vida da população. As soluções devem surgir setorialmente (desenvolvimento endógeno) evitando-se imitação predatória, sendo portanto, essencial o estímulo à autonomia comunitária. A administração dos recursos da natureza deve garantir a renovabilidade genética da fauna e flora e o reaproveitamento de materiais inorgânicos (naturais ou sintéticos), bem como seu uso adequado. O conhecimento científico e a criatividade sustentam tecnicamente o processo de desenvolvimento desde que haja adequação ao contexto local e um acompanhamento dos resultados.

Levantamentos preliminares na área social e o conhecimento sobre a estrutura e dinâmica dos ecossistemas, são requisitos importantes para elaboração de um projeto. Os técnicos, antes de se pronunciarem, devem ouvir e conviver com a comunidade. Evidentemente, as formas de interação entre o Estado e a população, dentro dos respectivos contextos culturais, precisariam ser seriamente rediscutidos.

Enfim, o codesenvolvimento como abordagem ideológico-política não tem futuro se não houver uma profunda revolução nos valores sócio-econômicos dominantes, pois não podemos pensar em alterar as relações entre os homens e a natureza sem modificar as próprias relações entre os homens.